

VOLUME 15 | N. 2
JUL-DEZ DE 2021

DIA LOGOS



Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 15, n. 2, jul./dez., 2021



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Reitor

Ricardo Lodi Ribeiro

Vice-reitor

Mario Sérgio Alves Carneiro

Pró-reitor de Graduação (PR-1)

Lincoln Tavares Silva

Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)

Luís Antônio Campinho Pereira da Mota

Pró-reitora de Extensão e Cultura (PR-3)

Claudia Gonçalves de Lima

Pró-reitora de Políticas e Assistência Estudantis (PR-4)

Catia Antonia da Silva

Diretora do Centro de Ciências Sociais

Dirce Eleonora Nigro Solis

Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Jaime Antunes da Silva

Vice-diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Mônica Leite Lessa

Coordenadora-Geral do Programa de Pós-graduação em História

Beatriz de Moraes Vieira

Coordenador-Adjunto do Programa de Pós-graduação em História

Carlos Eduardo Pinto de Pinto

Coordenador do Doutorado

Fabiano Vilaça dos Santos

Coordenadora do Mestrado

Marina Monteiro Machado

Dia-Logos

REVISTA DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

v. 15, n. 2, jul./dez., 2021



Capa

Natalia da Paz

Imagem

©Canva, 2022.

Diagramação

Daniel Marcos Martins
Karoline Marques Machado
Juliana da Silva Sabatinelli

Revisão

Anderson Albérico Ferreira
Daniel Marcos Martins
José Marcos Paula Pessoa Freitas
Karoline Marques Machado
Ronald Lopes de Oliveira

Pareceristas *Ad Hoc* desta edição

Anderson Marcelo Schmitt (UFSC); Cintia Nascimento de Oliveira Conceição (PUC-Rio); Dalton Sanches (UFOP); Danillo Avellar Bragança (UFF); Felipe Matos; Gilciano Menezes Costa (UFF); Israel Silva Aquino (UFRGS); Julian Abascal Sguizzardi Bilbao (USP); Jussara Rodrigues da Silva (UFOP); Leon Adan Gutierrez de Carvalho (UFPR); Lucio Reis Filho (UAM); Márcio dos Santos Rodrigues (UFPA); Mauro Franco (UFOP); Natanael de Freitas Silva (UFRJ); Patrícia Trindade Trizotti (UNESPAR); Robert Porto Castro (PUC-RS); Rodrigo Marins Marretto (Marins); Rodrigo Pereira (UFRJ); Romulo Gabriel Barros (UFPE); Roni César Andrade de Araújo (UFMA).

Conselho Editorial

Alex Brito Ribeiro – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Anderson Albérico Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Daniel Marcos Martins – Faculdades Integradas Campo Grandenses, Brasil
Isadora de Mélo Escarrone Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
José Marcos Paula Pessoa Freitas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Juliana da Silva Sabatinelli – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Karoline Marques Machado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Clara Martins Cavalcanti – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Mariana Franco Teixeira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Monique Santana de Oliveira Sousa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Ronald Lopes de Oliveira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Consultivo

Dr. Airan dos Santos Borges – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Alex Gonçalves Varella – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Alexandre Moraes – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Anderson Martins Esteves – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. André Bueno – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Bruno Peres – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Carlos Alvarez Maia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Carlos Gregório dos Santos – Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Dr. Daniel Barbosa – Universidade Federal de Alagoas, Brasil
Dr. Daniel Pinha – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Edgar Leite Ferreira Neto – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Fabiano Vilça Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Guilherme Pereira das Neves – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Iza Terezinha Gonçalves Quelhas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Luiz Felipe Ferreira Verrão – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Luiz Reznik – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Marcos Pirateli – Universidade Estadual do Paraná, Brasil
Dr. Oswaldo Munteal Filho – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Paulo Duarte – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Paulo Roberto Gomes Seda – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Ricardo Antônio Souza Mendes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Tânia Maria T. B. da Cruz Ferreira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Sílvia de Almeida Carvalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Dr. Williams da Silva Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Beatriz Vieira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Carolina Barcellos Dias – Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Dra. Danielle Gallindo – Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Dra. Edna Maria dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Eliane Garcindo de Sá – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Erica Sarmiento da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Laura Moutinho Nery – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lená Medeiros de Menezes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Lúcia Maria Paschoal – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Márcia Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Emília da Costa Prado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Regina Candido – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Maria Teresa Toríbio Brites Lemos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Marilene Rosa Nogueira da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Monique de Siqueira Gonçalves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Dra. Priscilla Leite Gontijo – Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Correspondência

Rua São Francisco Xavier, 524 – Bloco F – 9º andar – sala 9.037
Maracanã – Rio de Janeiro RJ – CEP 20.550-013
Tel./Fax: (21) 2334-0678 e-mail: rev.dialogos@gmail.com

Todos os textos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição da editoria ou da instituição responsável por esta publicação.

Sumário

7 **Apresentação** *Editorial*

ARTIGOS

8 **Possibilidades de leitura das evidências documentais na pesquisa histórica** *Léo Araújo Lacerda*

22 **A vigilância do SNI a políticos governistas paraibanos: o caso de Joacil de Brito Pereira** *Maria Tereza Dantas Bezerra Soares*

APRESENTAÇÃO

A nova equipe da Revista Dia-Logos, composta por alunos e alunas da pós-graduação em História Política da UERJ, apresenta o segundo número de seu 15º volume, em um momento muito importante de reestruturação interna do periódico, além do retorno das atividades presenciais na universidade. Com esta nova formação editorial, apresentou-se a necessidade de publicar os volumes que estavam aguardando a organização da equipe.

Neste número, apresentamos dois artigos. Mesmo poucos, apresentam altíssima qualidade acadêmica. O primeiro, com o título de “Possibilidades de leitura das evidências documentais na pesquisa histórica”, é de Léo Araújo Lacerda, da Universidade Federal de Pelotas. O trabalho trata sobre a metodologia de uma pesquisa sua em andamento, inserida na conexão da História Cultural das Religiões e das experiências cotidianas. A produção pretende, então, apontar mecanismos para a leitura de dados sugeridos na pesquisa a partir da observação documental.

Já o segundo trabalho, intitulado “A vigilância do SNI a políticos governistas paraibanos: o caso de Joacil de Brito Pereira”, é de Maria Tereza Dantas Bezerra Soares, da Universidade Federal de Minas Gerais. O mesmo é oriundo de sua dissertação de mestrado e busca apresentar a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações a políticos governistas no estado da Paraíba. Através da análise de vários documentos do SNI, busca compreender especificamente um político, como era feita a vigilância, as possíveis razões para ela e os discursos presentes nos documentos do SNI.

Desejamos que a escolha dos artigos propostos sejam do interesse dos leitores e leitoras, e que possibilite a ampliação dos debates históricos.

Boa leitura!

Equipe Editorial da Revista Dia-Logos.

ARTIGO

POSSIBILIDADES DE LEITURA DAS EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS NA PESQUISA HISTÓRICA

*POSSIBILITIES OF READING DOCUMENTARY
EVIDENCE IN HISTORICAL RESEARCH*

*POSIBILIDADES DE LECTURA DE LA EVIDENCIA
DOCUMENTAL EN LA INVESTIGACIÓN
HISTÓRICA*

Léo Araújo Lacerda

Universidade Federal de Pelotas
Pelotas, Brasil

Resumo

Este artigo apresenta algumas considerações iniciais sobre uma pesquisa em andamento inserida na interface da História Cultural das Religiões e das experiências cotidianas. Pretende, por sua vez, apontar mecanismos para a leitura de dados sugeridos na pesquisa a partir da observação documental (AROSTÉGUI, 2001), bem como propor possibilidades de uso da “leitura tortuosa” (BLOCH, 1998) na análise das evidências durante a investigação histórica, consoante ao diálogo com a antropologia histórica e a história do cotidiano.

Palavras-chaves: Historiografia - História Cultural – Metodologia.

Abstract

This article presents some initial considerations about ongoing research inserted at the interface of the Cultural History of Religions and everyday experiences. In turn, it intends to point out mechanisms for reading data suggested in the research from documentary observation (AROSTÉGUI, 2001), as well as suggesting possibilities of using “tortuous reading” (BLOCH, 1998) in the analysis of evidence during the investigation according to the dialogue with historical anthropology and the history of daily life.

Keywords: Historiography - Cultural History - Methodology

Resumen

Este artículo presenta algunas consideraciones iniciales sobre una investigación en curso insertada en la interfaz de la Historia Cultural de las Religiones y las experiencias cotidianas. Pretende, a su vez, señalar mecanismos de lectura de datos sugeridos en la investigación a partir de la observación documental (AROSTÉGUI, 2001), así como proponer posibilidades para el uso de la “lectura tortuosa” (BLOCH, 1998) en el análisis de la evidencia durante la investigación histórica, dependiendo del diálogo con la antropología histórica y la historia de la vida cotidiana.

Introdução

Este artigo deriva de reflexões teórico-metodológicas conduzidas durante a pesquisa de mestrado em História sobre grupos étnico-religiosos minoritários (mudéjares e judeus sefarditas) e cristãos no curso do século XIII nos reinos de Castela e Leão, especificamente, no governo de Afonso X, o Sábio (1252-1284). Nesse sentido, buscou-se compreender as construções de estereótipos e a progressiva precarização da condição social destes grupos minoritários como instrumentos para a conversão religiosa ao cristianismo, como parte de uma agenda política do rei Afonso X¹.

Como identificar os significados implícitos e como perceber a ação tática de sefarditas e mudéjares castelhanos frente ao expansionismo territorial e religioso da Cristandade na Península Ibérica que na metade do século XIII restringia o domínio muçulmano essencialmente ao reino de Granada, que só viria a ser conquistado pelos cristãos em 1492. Como entender o modo pelo qual estes sujeitos se relacionavam com um mundo e realidades desafiadoras em que a permanência de suas crenças implicava a imposição de sanções cada vez mais crescentes. Como ler e interpretar os discursos sociais sobre uma sociedade na qual certa historiografia passou a reservar para si mesma um significativo epíteto de “Cultura de Tolerância”, mas que cuja leitura das evidências disponíveis dizem, sobretudo, o contrário?

Como perceber esse “outro” a quem os textos que dispomos fazem referências, quando tais sujeitos apenas indiretamente ganham espaço? Quais ferramentas teórico-metodológicas que compõem o arsenal analítico dos historiadores podem ser acionadas para permitir que se percebam ou que sugiram maneiras pelas quais socialmente se relacionaram grupos minoritários religiosos frente a crescente processo de conversão e sincretismo cultural e como interpelaram as construções de estereótipos étnicos e religiosos apelando a que práticas? A seguir, em diálogo com a antropologia histórica e a história do

¹ A prática da “leitura tortuosa” deve ser adotada no âmbito da pesquisa de mestrado, em andamento, cujo fomento a CAPES proporciona, para de modo semelhante conduzir o inquérito das fontes primárias, interpelando, por exemplo, o cancionero mariano de Alfonso X, isto é, as 426 cantigas, preservadas em 4 manuscritos datados da segunda metade do século XIII destinadas, em sua origem, a ser cantadas nas festas em que se celebram os feitos da Virgem Maria. Obviamente o cantigueiro não será analisado *in totum*: selecionou-se 61 dessas cantigas nas quais vê-se associadas no incipit relações entre membro de duas entre as três comunidades étnico-religiosas que coexistiam espacialmente, no século XIII, particularmente entre 1254 e 1284, época do Reinado de Alfonso X, o sábio.

cotidiano, propusemo-nos a refletir sobre a leitura de dados sugeridos na pesquisa a partir da “leitura tortuosa” (BLOCH, 1998) na análise das evidências documentais durante a investigação histórica.

Repensando as categorias de pensamento

Keith Thomas (1975) em um artigo em que revisitou sua obra *Religião e Declínio da magia* (1971), à luz da leitura e recomendações de Clifford Geertz (1926-2006), apontou alguns caminhos possíveis de modo a responder os problemas evidenciados por Geertz. Dentre esses pontos revistos, consta a necessidade de repensar as categorias utilizadas em sua análise, já que acabou “vítima” da linguagem que o conduziu a reproduzir preconceitos próprios da documentação com que lidara. Nesse sentido, Le Goff (1996) afirmava a necessidade de fugir de uma posição ingênua frente ao documento que é, efetivamente, construção e não pode ser assumido como verdade sem a análise cuidadosa dos pressupostos e intenções subjacentes a sua formulação:

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo [...]. É preciso começar por demonstrar, demolir essa montagem (a do monumento), desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1996, p. 102-103).

O movimento reverso também merece atenção, isto é, o fato de empregarmos palavras e conceitos de nosso presente desconhecidos dos sujeitos a quem buscamos interrogar indiretamente com as questões históricas. Marc Bloch enfatizava também semelhante dilema “[...] para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito de mudar o vocabulário cada vez que mudam os costumes” (BLOCH, 2002, p. 44). Miri Rubin, contudo, também questiona “[...] mas se pode imaginar qualquer análise histórica que use unicamente os conceitos disponíveis na época?” (RUBIN, 2017, p. 240, tradução nossa)².

O segundo ponto sugerido por Thomas encontra-se no perigo de se fazer a pergunta errada, o que ele considera o pior erro do historiador, sendo que

² Cf. original: “[...] But can any historical analysis be imagined that uses solely the concepts available at the time?”.

para ele “[...] não é o declínio da prática da magia que clamava por explicação, mas o surgimento e a ascensão do rótulo mágico” (THOMAS, 1975, p. 92, tradução nossa)³. Dessa forma, a seguir em seu texto coloca isso mais claramente: “[...] primeira tarefa do etnógrafo é chegar às categorias básicas ou sistemas de classificação empregados pelas pessoas que ele está estudando” (THOMAS, 1975, p. 92, tradução nossa)⁴.

Para Thomas a diferença entre historiadores e antropólogos encontra-se relacionada à forma com que ambos se utilizam dos conceitos. Segundo o autor, os historiadores – por estarem mais preocupados com questões globais – não se preocupam em utilizar determinadas terminologias na comparação cultural mesmo quando os termos são inadequados em contextos mais “exóticos”. Thomas cita como exemplo a própria pesquisa em que se muniu do rótulo “magia” para falar de um conjunto heterogêneo de práticas que só foi unificado em torno desse termo no século XVI, que incluía entre outras atividades, a necromancia, encantamentos, conjurações, bruxaria (THOMAS, 1975).

Contudo, Jean-Claude Schmitt (2014) salienta a relevância da escolha vocabular, isto é, dos termos e das “categorias de pensamento” empregados na reflexão historiográfica. Schmitt preocupa-se pela falsa familiaridade que o historiador enfrenta quando o objeto de análise é a cultura na qual este se encontra imerso. Portanto, o cuidado não pode ser apenas em relação às outras culturas, ou, dito de outro jeito, a cultura dos outros, as sociedades estranhas. Deve haver comprometimento em descristianizar os recortes temáticos e evitar perceber, sobretudo, no cristianismo uma singularidade que pode ser vista em qualquer outra matriz religiosa. Isso é evitar produzir um discurso tautológico.

Algumas observações em torno do método

Não é desnecessário combater a associação de Michel de Certeau a Hayden White e Paul Veyne quando o historiador Carlos Antonio Aguirre Rojas no conhecido *Antimanual do mau historiador* cita o pós-modernismo como sendo o sétimo pecado do mau historiador. Ora, Certeau nunca afirmou que a história seria puramente narrativa. Nas próprias palavras de Aguirre Rojas (2007) “[...] mesmo sendo evidente que não existe história que não se expresse

³ Cf. original: “[...] It is not the decline of the practice of magic that cries out for explanation, but the emergence and rise of the label 'magic'”.

⁴ Cf. original: “[...] an ethnographer's first task is to arrive at the basic categories or systems of classification employed by the people whom he is studying”.

por meio de uma construção narrativa, entendemos ser um abuso ilegítimo reduzir a história somente a sua dimensão narrativa” (AGUIRRE ROJAS, 2007, p. 33). Certeau compreende a história como uma prática científica mista que envolve tanto o seu aspecto discursivo/narrativo como também opera a partir de um procedimento científico. Apesar de tanto White, Veyne e Certeau terem reservado espaço para a reflexão sobre como os historiadores estabelecem seu discurso, cada um deles o fez de modo muito particular.

Para Julio Arostégui (2001) “[...] as técnicas são o elemento chave na construção dos dados. Os dados são feitos estruturados conceitualmente; não são mero resultados da observação, mas de ‘observações registradas’” (AROSTÉGUI, 2001, p. 400, tradução nossa). Arostégui aponta para a distinção entre ‘observação documental’, a partir da análise de repertórios presentes em bibliotecas e arquivos históricos e ‘observação direta’ realizada através de depoimentos. Contudo, essa distinção colide com o entendimento dos relatos orais como fonte indireta pela História Oral, e a necessidade de cruzamento de fontes preponderante em quaisquer trabalhos historiográficos.

Segundo Michel de Certeau o fazer historiográfico é um trabalho pelas bordas, a procura de indícios que levam sempre a “[...] uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (CERTEAU, 1982, p. 33). A História para Certeau é um fazer, uma forma “específica de produção científica” com “linguagem técnica própria” que a partir de uma “práxis social” confere “inteligibilidade” ao passado (CERTEAU, 1982, p. 57). Uma série de procedimentos entendidos como heterologia, isto é, uma escrita sobre o outro. Este outro que está morto, e nunca poderá ser trazido à vida, senão pelas reelaborações de um conjunto fragmentário de indícios recuperados pelos historiadores, conformados em uma escrita específica. Ou dito de outro modo:

[...] o historiador coleta, classifica e desloca vestígios, transforma a todos em linguagem e, por fim, produz um texto que preenche todos os interstícios e todas as lacunas para construir e nos apresentar esse Outro. Trata-se, para ele, de uma evidente encenação, uma *mise en scène* de elementos que o historiador só pode imaginar, sem jamais poder tocar. Uma encenação poderosa, que faz funcionar toda uma sociedade com relação ao seu passado: uma encenação dominadora, que sepulta os mortos para organizar o lugar dos vivos (OHARA, 2013, p. 2).

Michel de Certeau não teve a pretensão de “elaborar um modelo geral para derramar neste molde o conjunto das práticas” (GIARD, 1998, p. 7), mas intencionou realizar uma exumação dos modos de ação dos grupos dominados, ou de consumidores, aos quais se pressupõe sejam sujeitos culturais passivos, receptáculos dos produtos criados por agentes culturais ativos, na sociedade capitalista. Propôs “exumar” nas combinações operatórias de estratégias e táticas modos de burlar o sistema, astuciosamente calculadas pelos sujeitos circunstancialmente mais fracos. Alguns exemplos podem ser sugeridos de modo a explicitar tais “ações táticas” como o caso dos hospitais-colônias apontados por Mendonça (2012):

Como já apontava Gussow, muitos pacientes mostram grande orgulho ao narrar as proezas que executavam para fraudar a disciplina da instituição. O trabalho de Castro e Watanabe também revela os prazeres e pequenos atos subversivos (incluindo-se, aí, as fugas não autorizadas) possibilitados pelas experiências cotidianas. Nota-se, por exemplo, que havia muitos modos de burlar as restrições sobre relações pessoais. Se muitos namoros eram proibidos, as praças de qualquer colônia podem testemunhar que esse cerceamento não funcionava na prática. As trocas de olhares que se iniciavam nas sessões de cinema ou nos eventos religiosos convertiam-se em paqueras e namoros, mesmo sem a aprovação das freiras. As relações sexuais eram feitas, muitas vezes, na parte menos urbanizada das instituições, a despeito da proibição imposta pelos religiosos (MENDONÇA, 2012, p. 345-346).

Nas Cantigas de Santa Maria dedicadas à devoção e louvor dos feitos da Virgem Maria há a intenção de destacar as habilidades da Virgem Santíssima de desfazer o poder do diabo, do mal e de suas proezas associadas com determinada frequência com os judeus e muçulmanos. Desse modo dialoga com as considerações de Thomas sobre o processo de cristianização:

As conversões à nova religião, seja na época da Igreja primitiva ou sob os auspícios dos missionários de tempos mais recentes, são frequentemente reforçadas pelas crenças dos conversos de que estão adquirindo não só um meio de salvação no além, mas também uma nova magia mais potente (THOMAS, 1991, p. 35).

De acordo com Peter Burke, na terceira geração dos *Annales* ocorreu uma virada em direção a problemas antes trabalhados pela antropologia, como os simbolismos e as culturas. Stuart Clark (2011) reclama da posição dos historiadores de utilizarem Geertz

[...] como se Geertz fosse o único antropólogo relevante para os historiadores, e como se ele escrevesse apenas um ensaio (possivelmente dois): “Descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura” e talvez também “Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa” (CLARK, 2011, p. 106, tradução nossa).

Na coletânea de ensaios *A interpretação das culturas* (1973), o antropólogo estadunidense Clifford Geertz expôs seu método da “descrição densa”, termo emprestado do filósofo Gilbert Ryle (1900-1976), em que sugere princípios norteadores para a boa prática etnográfica na qual seria possível a um antropólogo distinguir um tique nervoso não intencional de uma piscadela com propósitos bem demarcados:

[...] Como movimentos, os dois são idênticos; [...] embora não retratável, a diferença entre um tique nervoso ou uma piscadela é grande, [...] O piscador está se comunicando e, de fato, comunicando de uma forma precisa e especial: (1) deliberadamente, (2) a alguém em particular, (3) transmitindo uma mensagem particular, (4) de acordo com um código socialmente estabelecido e (5) sem o conhecimento dos demais companheiros (GEERTZ, 1989, p. 16).

A concepção de cultura de Geertz, oriunda da semiótica, entende que as sociedades podem ser lidas como textos, já que a cultura forma parte de uma “teia de significados” que precisam ser decifrados, isto é, interpretados para que a compreensão seja possível das intenções subjacentes às práticas sociais

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado (GEERTZ, 1978, p. 15).

Para Antônio Benatte (2015) os historiadores não devem se preocupar em fornecer uma definição única de cultura já que nem os antropólogos teriam alcançado o consenso. Contudo, explicitamos que a definição de que nos apropriamos neste artigo foi aquela proposta por Michel de Certeau. Mais que significados à espera de decifração, é dever compreender as ações táticas, espontâneas, dos grupos marginalizados, ou de sujeitos religiosos. Eis o delineamento de um desafio complexo dos historiadores que “[...] enfrentam documentação ou adversa ou inteiramente silenciosa sobre o objeto desejado. O

documento histórico é raramente ‘dócil’, ‘aberto’ ou ‘fácil’.” (KARNAL; TATSCH, s/d., p. 17).

A micro-história proposta por Giovani Levi (1999) defende um distanciamento da abordagem antropológica de Clifford Geertz por esta compreender os significados culturais, que devem ser lidos e interpretados pelos historiadores, como sendo homogêneos quando na prática fundamentam-se num conjunto plural de representações e significações.

Robert Darnton, por sua vez, também percebe como ganho interpretativo de historiadores a percepção dos signos como contendo um significado que não é único, entendendo-o a partir da complexidade que estabelece os vários sentidos a ele atribuídos. Destes significados implícitos, Darnton (1990) cita um que se relaciona com a atribuição da sujidade como justificativa para a proibição de ingestão de carne suína pelos judeus. Longe de corresponder a associação que, frequentemente, percebemos atrelada a este tabu, a mensagem revelada é outra: diz respeito a devoção religiosa dos sujeitos que comungam desta religião em particular, entendendo constituir o porco uma violação à ordem estabelecida por Yavé, por não corresponder a organização cosmológica definida na criação dos seres por Deus:

A distinção entre simbólicos e não-simbólicos pode ser tão tênue quanto a diferença entre um pestanejo e uma piscadela, mas é fundamental para entender a comunicação e interpretar a cultura. Assim, os historiadores da cultura talvez tenham a ganhar se deixarem de lado a ideia do simbolismo como leão = valor, e pensarem nos símbolos como polissêmicos, fluidos e complexos. Assim, a proibição de comer porco entre os antigos israelitas não tinha nada a ver com os hábitos aparentemente –sujos! do porco. Ela provinha dos imperativos categóricos do Levítico, que separava os animais entre os ruminantes (como as vacas, não-tabu) e os de casco fendido (como os bodes, também não-tabu). Por não ruminarem, mas terem cascos separados, os porcos ameaçavam a pureza da ordem bíblica e deviam ser abominados. Pela mesma razão, deviam-se evitar outros híbridos semelhantes – mariscos, que têm pernas como os animais terrestres, mas vivem na água, e insetos, que têm pernas como os animais terrestres e vivem no ar. Eles violavam as distinções que se iniciaram com a Criação, quando Deus separou a terra, o mar e o firmamento. Para os judeus, portanto, a dieta funcionava como uma maneira de adorar a seu Deus e preservar sua cosmologia, e os porcos, sendo ruins para comer, eram bons para pensar (DARNTON, 1990, p. 290).

Entre as possibilidades de interpelar as evidências documentais, encontramos sugestões a partir de autores como Ginzburg, especializado na temática da feitiçaria, e Marc Bloch, autor de importante reflexão sobre a crença

e o poder curativo das escrúfulas, tradicionalmente atribuídas aos monarcas franceses e ingleses. O acréscimo que os historiadores da micro-história aportaram se relaciona também às transformações que a ciência histórica passou nas últimas décadas, avanços que forneceram uma mudança da relação com o arquivo, isto é, do que pode ser utilizado como evidência/documento credível pelos discípulos de Clío, como também possibilitaram um novo tipo de leitura, enunciada por Breswer (2010) “[...] usa(r) os ricos registros institucionais - da Igreja, estado e autoridades locais - não para escrever uma história do exercício do poder, mas para reconstruir a visão e as experiências daqueles que foram seus súditos” (BREWER, 2010, p. 100, tradução nossa)⁵. Essa prática de interrogar os documentos conhecida por “leitura tortuosa” trabalhada por Marc Bloch é enunciada por Ginzburg em uma entrevista:

Quando decidi estudar feitiçaria, não estava fundamentalmente interessado na perseguição às bruxas, mas o que me seduzia era abordar as perguntas dos inquisidores de modo a poder escapar do seu controle, o que, **evidentemente envolvia um problema metodológico**. Tinha a ideia de ler os processos nas entrelinhas e também a contrapelo, desvirtuando, por assim dizer, as intenções das evidências; indo contra ou além das razões pelas quais elas foram construídas. É o que Marc Bloch sugeriu quando falou sobre a estratégia de leitura tortuosa, lendo, por exemplo, a hagiografia medieval não para conhecer a vida dos santos, mas como evidência da agricultura medieval (GINZBURG *apud* PALLARES-BURKE, 2000, p. 284-285, grifo nosso).

Assim, no ensaio “O Inquisidor como antropólogo” publicado no livro *A micro-história e outros ensaios*, resposta à crítica de Dominick LaCapra (1985), observa sobre os documentos inquisitoriais relativos à aldeia de Friuli certas correlações entre os historiadores e inquisidores: “O que os juízes da Inquisição tentavam extorquir às suas vítimas não é, afinal, tão diferente daquilo que nós procuramos – diferentes eram sim os meios que usavam e os fins que tinham em vista” (GINZBURG, 1991, p. 206). Observando a dimensão oral do registro escrito no começo do período moderno, Dominick LaCapra (1985) questiona a capacidade de uma leitura adequadamente imparcial dos documentos com o potencial de restabelecer as vozes subalternas onde reside o silêncio. Para

⁵ Cf. original: “[...] uses the nation’s rich institutional records –of the Church, state, and local authorities– not to write a history of the exercise of power but to reconstruct the vision and experiences of those who were its subjects”.

LaCapra isso se deve a um balanço desigual (reciprocidade assimétrica) entre inquisidor e depoente que dificultaria capturar as vozes concorrentes.

Michel de Certeau (1982) no livro ‘A escrita da História’ também contribuiu demarcando as práticas procedimentais que atuam na “operação historiográfica”, isto é, os princípios que regulamentam o fazer historiográfico e a sua escrita.

Outra definição de cultura possível é aquela proposta pelo historiador jesuíta Michel de Certeau em que procura perceber as reapropriações dos produtos culturais pelos consumidores vistos como sujeitos ativos. O esboço inicial da reflexão historiográfica de Certeau está presente na coletânea produzida por Jacques Le Goff e Pierre Nora nos anos 70, no verbete “A operação historiográfica”, que viria a ser aprofundada em 1978, com a dedicação de um livro completo a discussão de sua compreensão teórica sobre a história, a qual ressaltou o fato de ser o modo discursivo uma escrita sobre o morto. Entre os modos de operacionalizar as evidências e os dados brutos, a “inversão escriturística” seria uma das sutilezas da escrita da história.

No entendimento de Carlo Ginzburg a “evidência histórica” caracteriza-se como uma imagem distorcida

[...] a evidência não é uma janela aberta à realidade social (como entendem os positivistas), nem uma parede cega que nos impede de olhar para fora, para além da própria evidência (como acreditam os pós-modernistas). Ela mais se assemelha a um espelho distorcido, o que significa dizer que só nos resta descobrir para que lado está distorcendo, já que este é o único meio que temos de ter acesso à realidade (GINZBURG *apud* PALLARES-BURKE, 2000, p. 298).

Keith Jenkins afirma que “[...] tanto nos métodos historiográficos quanto na epistemologia, não existe um procedimento definitivo [...]; os métodos dos historiadores são sempre tão frágeis quanto as suas epistemologias” (JENKINS, 2013, p. 35). No mesmo sentido também afirma Carlo Ginzburg sobre a ausência de um paradigma unificador da História enquanto empreendimento científico:

Assim, se pensarmos nos historiadores através do mundo, é impossível dizermos que este ou aquele não pertence à profissão porque está fora do paradigma. [...] Se alguém disser que Deus está interferindo nos assuntos humanos, como diziam os cronistas medievais se referindo às Cruzadas, então, este sim, estará fora da profissão. Mas fora casos extremos como esse, os historiadores podem dizer muitas coisas distintas e conflitantes,

e ainda serem considerados profissionais da história (GINZBURG *apud* PALLARES-BURKE, 2000, p. 294).

Para Umberto Eco (1932-2016) o estatuto científico é conferido pelo método e não pelos objetos da pesquisa ou por um modelo paradigmático previamente delimitado. Contudo, mesmo com o método adequado para determinada circunstância há sempre o risco de se esbarrar na “superinterpretação”, isto é, dizer coisas que o documento nunca poderia ter dito, configurando uma violação da própria materialidade do texto. “Frequentemente os textos dizem mais do que o que seus autores pretendiam dizer, mas menos do que muitos leitores incontinentes gostariam que eles dissessem” (Eco, 1993, p. 81). Segundo Zumthor “Interpretar, explicar: é investir de sentido um objeto [...] mas isso não autoriza ninguém a pretender que o texto queira dizer tudo” (ZUMTHOR, 2009, p. 48). Dessa forma, os historiadores enquanto intérpretes das evidências deve garantir a dignidade de sua pesquisa através do método:

Se não consigo dormir à noite, leio um romance policial, assim como todo ser humano normal. Quando tentei fazer algo sobre cultura de massa nos anos 60, tentei aplicar o mesmo instrumento crítico normalmente reservado à cultura intelectual. Esse foi o escândalo. Algumas pessoas disseram: “Como você pode analisar Superman com o mesmo instrumento pelo qual você analisa a Divina Comédia?” E eu respondi que **a dignidade da pesquisa não é dada pelos objetos, mas pelo método**. O problema é usar o método correto. Foi o que fiz naquela época, usar o método crítico correto para analisar o que para muitos era apenas lixo. (ECO, 2015, s.p., grifo nosso)⁶.

Considerações finais

A partir das discussões e reflexões, em torno da área de teoria e metodologia, suscitadas ao longo da pesquisa de mestrado em História, sobretudo, em relação às fontes documentais e os modos de uso dessas evidências, destaca-se a necessidade da leitura tortuosa, como proposta por Marc Bloch. Além disso, é possível observar que a História compete uma dupla condição – enquanto ciência e narrativa – não sendo, dessa forma, redutível meramente a um ou outro aspecto. Assim, devido a necessidade de reconhecer

⁶ Cf. original: “If I cannot sleep at night, I read a detective novel, as does every normal human being. When I tried to do something about mass culture was the '60s, I tried to apply the same critical instrument normally reserved for the highbrow culture. That was the scandal. Some people said, ‘How can you analyze Superman with the same instrument by which you analyze The Divine Comedy?’ And I answered that the dignity of research is not given by the objects, but by the method. The problem is to use the correct method. That’s what I did at that time, to use the correct critical method to analyze what for many was only trash.”. In: WALLACE, Chris. Interview: Umberto Eco. Disponível em <<https://www.interviewmagazine.com/culture/umberto-eco>>. Acesso 02 ago. 2019.

nas evidências documentais disponíveis “vozes subalternas”, ou seja, de sujeitos frequentemente excluídos da narrativa histórica e de temáticas pouco trabalhadas na historiografia, enquanto advento de uma democratização da história, requer, por sua vez, um cuidado maior e um esforço de perceber nas mesmas fontes novos protagonistas. Ainda que o desafio em acessar certas realidades seja trabalhoso, torna-se inescusável ao historiador profissional.

Por outro lado, ainda que estas experiências particulares não correspondam a nenhum padrão deduzível, elas compõem um conjunto de táticas cuja lógica variável, deve ser recuperada pelos historiadores interessados pelo cotidiano das práticas religiosas. Seguindo as recomendações de Michel de Certeau tais táticas permitirão dar protagonismo às ações de sujeitos anônimos cujas práticas sociais estão longe de se constituírem ações não pensadas, sendo, antes de tudo, modos de reafirmar sua identidade cultural.

Bibliografia

AROSTÉGUI, Júlio. **La investigación histórica: teoría y método**. Barcelona: Crítica, 2001.

BENATTE, Antonio Paulo. A História Cultural das Religiões: contribuições a um debate historiográfico. In: ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Eliane Moura da (Orgs). **Missão e pregação**. São Paulo: Unifesp, 2014, p. 59-80.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Prefácio Jacques Le Goff. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2002.

BREWER, John. Microhistory and the Histories of Everyday Life. **Cultural and Social History**: v. 7, n. 1, p. 87-109, 2010.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. Cultural History and its Neighbours. **Culture & History Digital Journal**: v. 1, 2012.

CLARK, Stuart. Thick Description, Thin History: Did Historians Always Understand Clifford Geertz? In: ALEXANDER, Jeffrey C.; SMITH, Philip e NORTON, Matthew (eds). **Interpreting Clifford Geertz**. Cultural investigation in the Social Sciences. Palgrave Macmillan, 2011, p. 105-119.

CERTEAU, Michel de. A produção do tempo: uma arqueologia religiosa. In: **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 109-173.

_____. **A invenção do cotidiano**. As artes de fazer. 3 ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: 1998.

DARNTON, Robert. Bons vizinhos - história e antropologia. In: **O beijo de Lamourette**, trad., São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 284-304.

GEERTZ, Cliffford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: Id. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 3-21.

GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo. In: Id. **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991, p. 203-214.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2013.

KARNAL, Leandro e TATSCH, Flavia Galli, A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bessanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 9-26.

LACAPRA, Dominick. O queijo e os vermes: o cosmo de um historiador do século XX. **Topoi**. Rio de Janeiro: v. 16, n. 30, 2015, p. 293-312.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

LEVI, Giovanni. Os perigos do geertzismo. **História Social**. Campinas: n. 6, p. 137-148, 1999.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Táticas cotidianas e ação coletiva a resistência das pessoas atingidas pela hanseníase. **Varia Historia**. Belo Horizonte: v. 28, n. 47, 2012, p. 341-360.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **A História como heterologia**: do conceito de História em Michel de Certeau. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013, 81p. Dissertação de mestrado.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **As muitas faces da história**: nove ensaios. São Paulo: Ed. Unesp, 2000, p. 269-306.

RUBIN, Miri. Presentism's Useful Anachronisms. **Past & Present**: v. 234, n.1, 2017, p. 236-244.

SCHMITT, Jean-Claude. "É possível uma história religiosa da Idade Média?". In: Id. **O corpo, os ritos, os sonhos, o tempo**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 31-40.

THOMAS, Keith. An Anthropology of Religion and Magic, II. **The Journal of Interdisciplinary History**: v. 6, n.1, 1975, p. 91-109.

_____. A magia da Igreja medieval. In: THOMAS, Keith. **Religião e o Declínio da Magia**. Crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII. Tradução de Denise Bottmann e Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 35-44.

ZUMTHOR, Paul. **Falando de Idade Média**. Tradução de Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARTIGO

A VIGILÂNCIA DO SNI A POLÍTICOS GOVERNISTAS PARAIBANOS: O CASO DE JOACIL DE BRITO PEREIRA

*THE SNI'S SURVEILLANCE TO
GOVERNMENT-FRIENDLY POLITICIANS IN
PARAÍBA: THE CASE OF JOACIL DE BRITO
PEREIRA*

*LA VIGILANCIA DEL SNI A POLÍTICOS AMIGOS
DEL GOBIERNO EN PARAÍBA: EL CASO DE
JOACIL DE BRITO PEREIRA*

Maria Tereza Dantas Bezerra Soares

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Minas Gerais, Brasil

Resumo

Artigo oriundo de dissertação de mestrado intitulado “A POLÍTICA PARAIBANA VIGIADA: POLÍTICOS E MILITANTES SOB OS OLHOS DO SNI (1964-1985)”. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi um órgão de produção, coleta e difusão de informações, criado com a função de subsidiar o presidente da República no tocante à Segurança Nacional. Aqui, expomos e analisamos a vigilância exercida por tal Serviço a políticos governistas no estado da Paraíba. Utilizamos como fontes os documentos produzidos pela Agência Recife do SNI. O referido artigo busca compreender, mediante análise de documentos do Serviço, relativos a um político específico, de que maneira se constituía a vigilância; as possíveis razões para ela e o discurso presente nos documentos do SNI.

Palavras-chave: Ditadura militar; SNI; Paraíba.

Abstract

This article comes from a master's thesis entitled "POLITICS OF PARAÍBA WATCHED: POLITICIANS AND MILITANTS UNDER THE EYES OF THE SNI (1964-1985)". The National Information Service (SNI) was an organization specialized in the production, collection and dissemination of information, created with the function of subsidizing the President of the Republic with regard to National Security. Here, we analyze the surveillance exercised by such Service to government-friendly politicians in the state of Paraíba. We used as sources the documents produced by the Recife Agency of the SNI. This article seeks to understand, through analysis of documents from the Service, relating to a specific politician, how surveillance was constituted; the possible reasons for it and the discourse present in the SNI documents.

Keywords: Military dictatorship; SNI; Paraíba.

Resumen

Artículo derivado de una tesis de maestría titulado “POLÍTICA DE PARIBANA SUPERVISADA: POLÍTICOS Y MILITANTES BAJO LA OJOS DEL SNI (1964-1985)”. El Servicio Nacional de Información (SNI) fue un organismo de producción, acopio y difusión de información, creado con la función de subsidiar al Presidente de la República en materia de Seguridad Nacional. Aquí exponemos y analizamos la vigilancia ejercida por dicho Servicio a los políticos del gobierno en el estado de Paraíba. Utilizamos como fuentes los documentos elaborados por la Agencia de Recife del SNI. Este artículo busca comprender, a través del análisis de documentos del Servicio, relacionados con un político específico, cómo se constituyó la vigilancia; las posibles razones y el discurso presente en los documentos del SNI.

Palabras clave: Dictadura militar; SNI; Paraíba.

Introdução

O Artigo 3º da Lei Nº 4.341 de 13 de julho de 1964, destaca, entre outras questões, que caberia ao Serviço Nacional de Informações providir “a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional (...)” (BRASIL, 1964). Para desempenhar tais funções, o SNI foi estruturado mediante a edificação de uma Agência Central com sede no Distrito Federal e por Agências Regionais¹, com sede em capitais dos estados ou cidades consideradas estratégicas.

Com o decorrer dos anos de ditadura militar² as atribuições do SNI se tornaram mais complexas. O Serviço tornou-se o principal órgão do Sistema Nacional de Informações (SISNI) criado em 1970 e a ampliação de suas responsabilidades decorreu de algumas condições que lhe foram somadas. Vale destacar: a grande estrutura física do conjunto de agências sob o comando do SNI; a quantidade de informações herdadas da agência antecessora, o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI), e; as constantes injeções de recursos no Serviço com o passar dos anos, principalmente durante as chefias dos generais Golbery do Couto e Silva, Emílio Garrastazu Médici e João Baptista de Oliveira Figueiredo. O SNI atuou de 1964 até 1990³, quando foi extinto pelo então presidente da República Fernando Collor de Mello.

¹ Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

² Utilizamos aqui o termo ditadura militar para nos referirmos ao período entre 1964 e 1985, pois compactuamos do entendimento de Carlos Fico (2004, p.9), para quem “[...] não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. ”, pois, os militares foram “os sujeitos históricos que implementaram um regime político capaz de atender às necessidades de conhecida combinação de capitais, nacionais e internacionais, através de extratos específicos das respectivas burguesias.” (FICO, 2001, p.19). Assim, entendemos que o regime autoritário que se instalou no Brasil por 21 anos, foi comandado pelos militares das três forças armadas, motivo pelo qual escolhemos utilizar os termos “ditadura militar” para denominar estes anos de governos militares. Já com relação ao evento que deflagrou este período ditatorial em 1964, compreendemos que se tratou de um golpe civil-militar, pois este foi efetivamente realizado por militares e civis. Estes últimos não apenas apoiaram o golpe, mas, participaram de fato do processo, contribuindo para a classificação do golpe como de caráter de classe, com destaque para os grupos elencados por René Dreifuss (1981), utilizando do conceito gramsciano de elite orgânica: políticos conservadores e liberais da União Democrática Nacional (UDN); intelectuais do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); estratos sociais burgueses ligados ao capital multinacional e associado, em seus seguimentos empresarial e agrário. A respeito desta discussão, ver: FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Santa Catarina: *Revista Tempo & Argumento*. V. 9, Nº 20, 2017, p. 05-74.

³ Um novo órgão oficial de inteligência só seria criado entre 1995 e 1999, a partir da sanção presidencial para a criação da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência, em funcionamento até hoje.

Neste artigo, oriundo de dissertação de mestrado intitulada “A POLÍTICA PARAIBANA VIGIADA: POLÍTICOS E MILITANTES SOB OS OLHOS DO SNI (1964-1985)⁴, buscamos analisar a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações aos políticos paraibanos que compunham a base de apoio à ditadura militar. Desta forma, escolhemos guiar nossa análise mediante a observação de documentos produzidos pelo SNI sobre um político específico, Joacil de Brito Pereira. Buscaremos evidenciar, através da análise empírica sobre documentos que versam sobre este indivíduo, como ocorria a vigilância aos políticos governistas; quais as possíveis razões para esta vigilância e; qual o caráter do discurso sobre os políticos governistas nos documentos do Serviço.

Para tanto, utilizamos os documentos da Agência Recife do SNI⁵ que se encontram sob guarda do Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo, na capital paraibana. Tais documentos são caracterizados enquanto documentos “sensíveis” (THIESEN, 2013a), pois, “foram criados como instrumentos de repressão” (THIESEN, 2013b) e sinalizam um precedente ato ilícito de agentes públicos. A Agência Recife do SNI, que operava no prédio dos Correios da capital pernambucana (FIGUEIREDO, 2005, p. 300), era responsável pelas atividades de informações nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Antes de partimos para a exposição e análise dos documentos do SNI, faz-se necessário compreendermos o campo político da Paraíba nos anos da ditadura militar. Portanto, temos que neste período aquele estado ainda se caracterizava como majoritariamente rural e, sua classe política era composta, em grande parte, pelas oligarquias locais, detentoras de poder econômico e político oriundos do grande latifúndio e da produção de monocultura para exportação. Estas oligarquias dominavam a política local e dividiam-se de acordo com seus conflitos internos pela hegemonia do controle político e econômico na comarca, impondo grande exploração às classes trabalhadoras rurais e urbanas.

⁴ Dissertação aprovada em banca em 28 de fevereiro de 2020, pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade federal da Paraíba (PPGH-UFPB). SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. *A POLÍTICA PARAIBANA VIGIADA: POLÍTICOS E MILITANTES SOB OS OLHOS DO SNI (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2020, 229p. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18201> Acessado em: 05/12/2021

⁵ O número total de documentos que compõem este acervo é de 7.429 mil, com data de produção entre os anos de 1979 e 1990, contudo, contabilizando apenas os produzidos até 1985, constam 5.536 mil documentos.

Neste cenário, as classes exploradas adentraram os anos de 1960, anos finais do chamado período trabalhista⁶, em constantes mobilizações por melhorias em suas condições de trabalho e de vida, das quais se destacam o movimento agrário das Ligas Camponesas, iniciado na Paraíba em 1958 com a criação da Liga de Sapé⁷, mas que foi duramente reprimida pelo poder particular das oligarquias rurais e, após o golpe civil-militar de 1964, pelas Forças Armadas na Paraíba. No caso das mobilizações da classe trabalhadora urbana, entre fins de 1963 e início de 1964, o aumento das mobilizações dos trabalhadores e da esquerda em decorrência de eventos particulares que irromperam no estado⁸ levou a um maior enfrentamento entre as posições das elites e dos trabalhadores, acarretando repressão aos últimos e uma maior convergência entre o executivo estadual e as Forças Armadas.⁹

O que se percebe quanto ao campo político paraibano quando irrompeu o golpe civil-militar em 1964, é que os grupos conservadores civis, formados pela elite latifundiária e comerciante do estado, representados nas seções estaduais da UDN (União Democrática Nacional) e do PSD (Partido Social Democrático), estavam em consonância com os interesses e ideais das Forças Armadas. Tanto o foi, que antes mesmo da promulgação do Ato Institucional Nº 1 em 9 de abril - que dentre outras coisas, permitia a cassação de mandatos políticos daqueles que porventura representassem “perigo à segurança do País” - a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba e a Câmara Municipal de João Pessoa, promoveram cassações de mandatos de parlamentares supostamente envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas.¹⁰

Esta ocorrência nos possibilita melhor apresentar o político selecionado

⁶ Conceito utilizado por alguns autores para caracterizar o período da política brasileira compreendido entre 1945 e 1964, objetivando compreender as ações dos trabalhadores e seu apoio ao projeto de atendimento às demandas. Sobre isso, ver: GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

⁷ Sobre isso, ver: PESSOA, Victor Gadelha. *As Ligas Camponesas da Paraíba: História e Memória*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015, 260p. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8366?locale=pt_BR Acessado em: 05/12/2021.

⁸ Sobre isso, ver: PARAÍBA, Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. *Relatório Final/Paraíba*. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, p. 128.

⁹ Sobre o golpe civil-militar na Paraíba a imediata repressão, ver: CITTADINO, Monique. *Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998, 189p.

¹⁰ Em 1964, foram cassados 19 parlamentares do Estado da Paraíba, entre eleitos e suplentes. Após o Ato Institucional Nº 5, foram cassados 10 mandatos parlamentares paraibanos, entre eleitos e suplentes. Sobre isso, ver: NUNES, Paulo Giovani Antonino. Ataque ao parlamento: as cassações de mandatos durante a ditadura militar no estado da Paraíba (1964-1969). In: *Saeculum* – Revista de História, Nº 31, João Pessoa: jul/dez, 2014a, p. 285-304.

para ser personagem síntese neste artigo, Joacil de Brito Pereira que, na época do golpe civil-militar, era deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN) e foi justamente o autor do projeto de cassação de mandatos na Assembleia Legislativa da Paraíba em 06 de abril. Brito Pereira nos proporciona a narrativa abaixo em que demonstra, através da presença de nomes das oligarquias paraibanas, a participação das elites políticas na arquitetura do golpe civil-militar no estado da Paraíba:

Estávamos prontos para enfrentar o pior. Adquirimos armamento e munição em São Paulo. O Coronel Roberto de Pessoa fez nossa ligação com o Governador Ademar – e o auxiliar do Governo paulista, ele nos levou no Governador Ademar – e o resto nós fizemos: eu, Aguinaldo Veloso Borges, Antônio Ribeiro Pessoa, João Batista de Lima Brandão, Sindulfo Guedes Santiago, Marcos Odilon, Flaviano Ribeiro Coutinho e Luiz Ribeiro Coutinho (PEREIRA, apud NUNES, 2014, p. 29).

Adentrando aqui especificamente ao que foi observado em nossas pesquisas documentais nos arquivos da Agência Recife do Serviço Nacional de Informações, foi possível verificar que SNI exercia vigilância não apenas sobre os políticos que atuavam na oposição ao regime, mas também sobre políticos paraibanos vinculados à Aliança Renovadora Nacional (Arena)¹¹ e, posteriormente, ao PDS. Sendo que, estes dois partidos, foram legendas historicamente constituídas por indivíduos que apoiaram o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura militar que o seguiu, ou no mínimo, por aqueles que não se opuseram.

Destarte, tendo em vista o contexto do campo político paraibano e a identificação de documentos de vigilância produzidos pelo Serviço que comunicavam acerca de políticos dos chamados partidos governistas, torna-se importante observar esta documentação e seu discurso sobre àqueles que, como vimos, quando do golpe civil-militar o apoiaram prontamente, como é o caso do ex-deputado estadual (UDN/PB) e federal (Arena e PDS/PB), Joacil de Brito Pereira.

Advogado de profissão, o primeiro cargo eletivo de Joacil foi de deputado estadual ainda em 1962 pela UDN. Após o golpe de 1964 e a determinação do sistema bipartidário, Brito Pereira vinculou-se à Arena, por onde foi eleito

¹¹ Sobre a Arena no Estado da Paraíba, ver: SOBREIRA, Dmitri Da Silva Bichara. *Para Além Do “Sim, Senhor”*: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) E A Ditadura Militar Na Paraíba (1964-1969). Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2016, 235p.

deputado federal em 1978. Com o retorno do pluripartidarismo em 1979, filiou-se ao PDS, partido pelo qual foi reeleito deputado federal em 1982. Com o fim da ditadura militar, ingressou no PFL (Partido da Frente Liberal), legenda pela qual encerrou sua vida política.

Joacil era considerado homem forte da ditadura militar na Paraíba, classificado inclusive por um documento “Juízo Sintético” do SNI como possuindo “tendência ideológica governista”; sendo “integrado às instituições vigentes” e; “sem registro de antecedentes de atividades subversivas” (ARE_ACE_4455_83. Fundo SNI-Agência Recife). Ainda assim, identificamos além do dossiê, organizado pelo SNI como Arquivo Cronológico de Entrada (ACE), em que consta o Juízo Sintético citado, outros que comunicam acerca de Brito Pereira, os quais, devido os limites exigidos por esta revista, tivemos que fazer escolhas, abordando aqui apenas aqueles que melhor evidenciam a vigilância do SNI e nos lançam questionamentos acerca do entendimento do Serviço e da ditadura a este aliado de primeira ordem do golpe civil-militar de 1964.

Desse modo, o ACE Nº 4045/83 cujo documento principal é o Informe Nº 23/15/ARE/83, que tem como assunto¹² o nome de Joacil e inicia-se com um breve texto em que informa que o político havia sido exonerado do cargo de Secretário do Interior e Justiça e por “dificultar a ação moralizadora do Secretário de Segurança Pública” (ARE_ACE_4045_83. Fundo SNI-Agência Recife). Dentre os demais documentos que constam neste ACE, priorizamos às contidas nos dois prontuários relativos a Joacil de Brito Pereira.

O prontuário “P. nº 00885”, contém informações com datas dos anos de 1966, 1967, 1968, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978 e; cita como fontes para a maioria destas, órgãos como o próprio Serviço de Informações (SNI e SNI/ARE), o Diário Oficial do Estado da Paraíba (DOEPB), o Jornal União/PB, o Departamento de Política Federal da Paraíba (DPF/PB) e a 7ª Circunscrição da Justiça Militar (7ª CJM). Dentre as diversas informações contidas no referido prontuário, que vão desde nomeações e exonerações de Joacil; entrevistas, pronunciamentos e declarações do político a imprensa e a

¹² Todos os documentos com os quais trabalhamos, possuíam um cabeçalho com as seguintes informações: “Data”, “Assunto”, “Origem”, “Referência”, “Difusão” e “Anexos”; constava ainda uma identificação quanto ao tipo do documento, “Juízo Sintético”, “Informe” ou “Apreciação”; em seguida, número, agência e ano de produção do documento. Sobre o local de produção dos mesmos, identificamos que muitos foram produzidos pela Agência Central (ACE) do SNI, seguido pela Agência Recife (ARE).

instituições; participações em reuniões e convenções da Arena; e demais dados difusos resultado de vigilância sobre Brito Pereira (ARE_ACE_4045_83. Fundo SNI-Agência Recife).

Chama-nos atenção, uma informação deste prontuário que apresenta como fonte o próprio SNI em data de 31 de maio de 1966:

Depois da promulgação do ATO INSTITUCIONAL nº 2, passou a manter juntamente com o Deputado Estadual Clóvis Bezerra a as altas horas da noite, conferências com o comunista e ex-Reitor da Universidade da Paraíba, Mário Moacyr Porto, ora na própria Assembléia Legislativa, ora na residência do último. Ressalta-se o seguinte fato, ocorrido no interior da própria Assembléia Legislativa, quando um oficial do Exército conduziu um ofício de certa autoridade militar, parecendo tratar-se de requisição dos IPMs em que estavam envolvidos o Ex-Governador Pedro Moreno Gondim, Dep. Federal Antonio Vital do Rêgo, Domingos Mendonça Neto (Prefeito de João Pessoa), João França, José Mario Pedrosa e Arnaldo Miranda Freire, o Presidente da Assembléia após ter lido o ofício decidiu atender o solicitado no mesmo. Porém graças a sua intervenção, que dirigiu ofensas ao Exército Nacional com palavras de baixo calão, o Presidente da Assembléia resolveu não mais enviar os Inquéritos à autoridade solicitante (ARE_ACE_4045_83. Fundo SNI-Agência Recife).

Possivelmente o alvo primordial ou principal da vigilância que resultou nesta informação acima não era Joacil de Brito Pereira, mas talvez, o enunciado como comunista, Mario Moacyr Porto, entretanto, é significativo que a informação comunique que Brito Pereira “passou a manter... conferências” com um indivíduo considerado comunista. Ou seja, fica evidente assim, uma vigilância contínua sobre Joacil e os demais citados no trecho, a ponto de supostamente terem identificado mais de um encontro entre eles. Outro ponto interessante é justamente a informação de que Brito Pereira teria interferido contrariamente a entrega de documentos à militares, tendo inclusive insultado uma das três Forças Armadas, indicando assim, a necessidade de atenção do Serviço para com mais um posicionamento no mínimo questionável de Joacil, pensando pela lógica do SNI e, portanto, dos próprios militares.

As características de suspeição e acusatória do trecho citado acima, se repetirão no prontuário “P. nº 0209”, onde, em uma informação de teor conclusivo, com data de inserção de 1965 e apresentando como fonte “Cópia do Fichário Anterior”, consta o seguinte acerca de Joacil:

ACÃO: Rebelde e acomodadício, ataca e ao mesmo tempo elogia seus adversários, isto para usufruir vantagens. Tentou

demagogicamente obter a maioria de votos para decretar o impeachment contra o Governador Pedro Moreno Gondim, a fim de impressionar as autoridades militares revolucionárias (1964). Depois que seu cunhado SINDULFO SANTIAGO, foi nomeado pelo Governador Secretário de Administração, passou a elogia-lo. Não vê causa, olha para as vantagens. Quando Cabo do Exército, em plena guerra mundial, servindo no 15º RI, insubordinou-se e agrediu um Comandante da Unidade, tendo sido processado e julgado de acôrdo com a Lei. (fatos colhidos no plenário da Assembleia e através de militares) (ARE_ACE_4045_83. Fundo SNI-Agência Recife).

Neste trecho em particular, à Joacil são imputadas algumas características de forma mais aguda e de certo modo até dúbio, visto que Brito Pereira é qualificado como “rebelde e acomodadício”, traços que normalmente são entendidos como opostos. Entretanto, logo vemos que esta rotulação trata de questões distintas: menção de Joacil como “rebelde” refere-se a ações e posicionamentos que este teria assumido frente ordens de autoridades militares antes e durante a ditadura militar; já o caráter “acomodado” reporta-se a sua atuação como político propriamente dito. Assim, mais uma vez, à Joacil de Brito Pereira são atribuídas características de desconfiança e de acusação.

No ACE Nº 4560/83 vemos mais relatos da vigilância à Joacil e atenção aos seus posicionamentos políticos (ARE_ACE_4560_83. Fundo SNI-Agência Recife). De tal modo, o único documento constante neste ACE, o Informe Nº 323/15/ARE/83, que apresenta como assunto “Pronunciamento do DEP FED (PDS/PB) Joacil de Brito Pereira”, comunica que o então deputado:

[...] em recente pronunciamento na CÂMARA FEDERAL, defendeu a legalização do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB, sob a alegação de que "a abertura política não pode discriminar ideologias de esquerda ou de direita." E continuou "legalizar o PCB é um ato de justiça, porque as idéias devem ser respeitadas e o que deve ser proibido pelo Governo é a subversão e a desordem pública existentes." Para ele, "a normalização das atividades dos chamados partidos clandestinos, os conduzirá à prática institucional tornando-os mais aptos à convivência democrática." Defendeu, ainda, o ressurgimento da UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE, por achar que "esta representa a classe estudantil brasileira e, por isso, deve ser restaurada, sem que isso implique em movimentos de violência ou revanchismo que ensejem a perturbação da ordem pública." (ARE_ACE_4560_83. Fundo SNI-Agência Recife).

Observa-se que, como era de se esperar, os pronunciamentos dos

parlamentares no ofício de suas legislaturas a nível estadual ou nacional, bem como dos demais políticos em cargos eletivos, eram alvo de observações vigilantes do SNI e de demais órgãos da ditadura militar. No caso específico de Joacil, temos visto que a vigilância a suas ações e posicionamentos já se fazia presente nos primeiros anos da ditadura militar, quando este ainda era Deputado Estadual pela Paraíba, portando, não é de se estranhar que tendo o político alcançado a Câmara dos Deputados em Brasília, o Serviço continuava a lhe “observar”.

Assim, o que temos até o momento é que: Joacil de Brito Pereira, político paraibano de carreira udenista que apoiou desde o primeiro momento o golpe civil-militar de 1964, participou da organização da Arena no estado¹³ e, quando do retorno do pluripartidarismo, seguiu na fileira partidária que predominantemente apoiava a maioria das ações da ditadura militar, foi alvo da vigilância do Serviço Nacional de Informações.

Mas os documentos da Agência Recife do SNI ainda nos trazem mais informações para montar esse quebra-cabeças de ações de vigilância a políticos da base da ditadura, entendidos, portanto, como governistas. Estamos nos referindo ao ACE Nº 5446/83, cuja o único documento constante é o Encaminhamento Nº 1038/15/ARE/83 datado de 24 de agosto de 1983 que, como o próprio nome do tipo documental sugere, serve para encaminhar “Em anexo, entrevista concedida pelo Deputado Federal (PDS/PB) JOACIL DE BRITO PEREIRA, no seminário “O MOMENTO”, edição de 25 FEV à 03 MAR 79, do Estado da PARAÍBA” (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI-Agência Recife). Segundo o documento do SNI e pelos próprios recortes do periódico em anexo, a entrevista foi realizada ainda durante a vigência do bipartidarismo, tendo em vista que a Lei Orgânica dos Partidos só foi sancionada em dezembro de 1979, ou seja, quando da realização desta entrevista Joacil ainda pertencia à Arena.

A matéria trata, do início ao fim, de questões políticas daquele período do Brasil que havia se iniciado em 1964 e que infelizmente perdurava até o ano de 1979 e mais adiante, como sabemos. Os questionamentos feitos a Brito Pereira foram desde temáticas da política em âmbito nacional até o estadual, e muitas delas tocavam em temas delicados para partidários da Arena, como por

¹³ Sobre isso ver: CITTADINO, Monique. *Poder local e ditadura militar: O governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)*. Bauru: Edusc, 2006, 424p.

exemplo: perguntas sobre a Anistia; o sistema partidário; quanto ao apoio do então deputado à chamada “revolução”; as cassações de mandatos políticos; a respeito de conflitos de terras; dentre outros. É interessante citar que alguns trechos das respostas de Joacil estão grifados, são partes em que o político paraibano declara seu posicionamento sobre alguns destes temas que aqui estamos chamando de delicados. Na análise a seguir, manteremos os grifos originais.

A respeito das respostas de Brito Pereira aos questionamentos dos jornalistas, observamos a construção de um discurso pelo qual o deputado paraibano busca “justificar” a “revolução de 1964” e alguns dos seus “desvios”, usando palavras do próprio político. Por outro lado, Joacil aponta que a “a revolução foi um mal necessário para salvar o país de uma anarquia reinante” (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI-Agência Recife). A utilização desta frase por parte do deputado da Arena é um resumo do discurso defendido por Brito Pereira ao longo da entrevista: a dita “revolução” havia sido o caminho possível e mais correto a se seguir para estabelecer a paz social no país. Todavia, o entrevistado apresentou discordâncias para com algumas das decisões institucionais adotadas pela ditadura, sem, contudo, pôr em dúvida ou risco “as obras da revolução”.

Joacil aponta o Ato Institucional Nº 5, o destino dado a Carlos Lacerda e a prorrogação do mandato de Castelo Branco, como três exemplos de “desvios” da “revolução”. Nas palavras do arenista, que se colocava como pertencendo à “linha de Castelo Branco” e como “Lacerdistas”, o AI-5 “foi uma coisa terrível! Foi uma revolução feita dentro da própria revolução, radicalizando cada vez mais aquelas linhas...”; e, o primeiro presidente militar era um “homem de formação democrática” que não queria o prolongamento de seu mandato, “No entanto, houve a revolta dos fatos, as circunstâncias foram muito mais fortes do que a vontade” (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI-Agência Recife).

Quando perguntado quanto às cassações de mandatos e às punições, Joacil destacou que defendia “o princípio da plenitude da defesa” e que,

os militares [...], podiam afastar e punir, porque guerra é guerra, [...] Mas isso só seria aceitável dentro do processo revolucionário e o que foi pior, não sequer as cassações do início, foi o prolongamento e a ressurreição desse processo de punições (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI-Agência Recife).

Questionado se era favorável à anistia, o deputado foi, primeiro, enfático: “Sim, a anistia ampla. Não irrestrita.”; depois, explicou-se dizendo que aqueles políticos acusados de crimes políticos por razão de seus ideais, deveriam ser anistiados, mas, o mesmo destino não deveria ser conferido aos “terroristas que cometeram crimes ou atentaram contra a segurança nacional” (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI-Agência Recife). Os questionamentos seguiram e Jocaíl pontuou firmemente:

A anistia é um instituto eminentemente de perdão político, então se vocês me perguntarem, a anistia deve alcançar Arraes, sim, Brizola, sim, Abelardo Jurema, sim, José Joffily, sim, Seixas Dória, sim, Luiz Carlos Prestes, sim, esses são criminosos políticos.... Considerados criminosos políticos, ou punidos em função de seu ideal político. Estes devem ser alcançados pela anistia. (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI-Agência Recife).

A última pergunta da matéria que destacamos aqui é um questionamento sobre a opinião do deputado acerca do bipartidarismo. Brito Pereira profere que “a democracia só se verifica com a existência dos partidos, e o pluripartidarismo.”, e segue, “Onde houver um partido só não há democracia. Pode haver democracia com bi-partidarismo, mas isso tem sido muito difícil. [...]” (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI-Agência Recife). Joacil inclusive apresenta uma análise acerca da constituição e composição dos partidos políticos de então que, em certa medida, dialoga com pontos que foram levantados pela historiografia¹⁴ mais recente sobre as legendas partidárias criadas pela ditadura militar quando do bipartidarismo, como exemplo, a questão de se manter próximo ao poder:

defendo a idéia da extinção dos atuais partidos por uma razão muito simples, são forças heterogêneas, miscelâneas, um verdadeiro saco de gatos... Para Arena foram antigos udenistas, muitos pessedistas, que quiseram continuar a sombra do Poder, alguns trabalhistas, uma minoria de trabalhistas que também ficaram bafejados pelo Poder, não quiseram ficar por baixo,... Foram revolucionários e indivíduos que diante do fato consumado, se disseram revolucionários e, vamos ficar no Poder. Para o MDB foram os anti-revolucionários ou aqueles até que aceitaram a revolução como um mal necessário, mas que por constrangimento, não aderiram... Então temos essa miscelânea, contestadores, radicais, revolucionários, e anti-revolucionários... (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI-Agência Recife).

¹⁴ Sobre isso ver: SOBREIRA, Dmitri Da Silva Bichara. *Para Além Do “Sim, Senhor”*: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) E A Ditadura Militar Na Paraíba (1964-1969). Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2016, 235p.

Por fim, ainda neste questionamento acerca do bipartidarismo, Joacil ressalta que: “Nas últimas eleições eu fiquei dentro da Arena com sérias incompatibilidades, mas eu fiquei porque aceitei a decisão da maioria do partido. É difícil a gente se situar quando há só dois partidos...” (ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI-Agência Recife). Os posicionamentos de Brito Pereira ao longo da entrevista datada de 1979 e, especificamente este, certamente foram base para muitos questionamentos, interpretações e ligações com outras informações que o Serviço e os militares já possuíam de Joacil.

A partir da explanação feita acima daqueles que consideramos os principais pontos da entrevista concedida pelo então deputado federal pela Arena/PB, e da totalidade do ACE Nº 5446/83 produzido pela Agência Recife do SNI, podemos montar um quadro geral do discurso proferido pelo entrevistado. Joacil apresenta-se como apoiador convicto do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura miliar que o seguiu. Ao mesmo tempo, o deputado demonstra insatisfação com medidas aplicadas pelos militares no campo político, como por exemplo, a cassação de alguns mandatos; a promulgação do AI-5 e a prorrogação de mandato presidencial de militares. Este desagrado demonstrado em algumas respostas de Joacil, também foram identificadas pelo SNI, tendo em vista que são justamente esses trechos que estão grifados no recorte da entrevista anexa ao documento.

Podemos, portanto, seguir para um encerramento do estudo aqui proposto. Entre os significados da palavra vigiar, assinalados no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, encontramos: “observar ocultamente”, “estar de sentinela” (FERREIRA, 1986, p. 1776). O que os documentos acerca de Joacil de Brito nos demonstram é um clássico exemplo do ditado “*Trust, but verify*”¹⁵. Poucas vezes identificamos a presença de um discurso que busca desqualificar e/ou depreciar o indivíduo em questão, na maioria das vezes trata-se de um discurso com característica de suspeição e acusatória, como se fosse necessário constantemente explicar por que um nome entendido no campo político como aliado da ditadura e vinculado a ela, estava

¹⁵ Significa: Confie, mas verifique. O provérbio foi bastante utilizado pelo então Presidente norte-americano Ronald Reagan para se referir às negociações políticas com a União Soviética quando da assinatura do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, também conhecido por Tratado INF, formalmente assinado pelas duas nações em 8 de dezembro de 1987.

sob a vigilância do SNI.

No entendimento do Serviço Nacional de Informações os políticos da Arena e posteriormente do PDS, também deviam ser observados de perto, pois, estes poderiam ser, segundo classificação empregada pelo próprio SNI em seu tipo documental “Juízo Sintético: “oportunistas ou aproveitadores dos ideais da revolução”. Afinal, principalmente a partir de 1968, a noção de “guerra interna” tornou-se bastante difundida entre o sistema de informação e de segurança e, junto com ela, a ideia de que o “inimigo dos interesses nacionais” poderia estar, inclusive, atuando ocultamente dentro do próprio governo.

De tal modo, fica claro que o objetivo por detrás da vigilância sobre os políticos de partidos governistas era manter o SNI, demais órgãos de informações e a cúpula do governo federal, extremamente bem-informados acerca de todos os que compunham o campo político, seja sobre os que estavam na oposição/dissidência ou, como mostramos aqui, até mesmo os adeptos de “primeira hora” do golpe civil-militar e da ditadura militar que o seguiu. Ademais, a verificação de tamanha vigilância sobre um político extremamente ligado a ditadura, demonstra o grau de autonomia obtido pelas comunidades de informações e de segurança durante a ditadura militar.

Referências Documentais

ARE_ACE_4455_83. Fundo SNI – Agência Recife. Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo (João Pessoa-PB).

ARE_ACE_4045_83. Fundo SNI – Agência Recife. Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo (João Pessoa-PB).

ARE_ACE_4560_83. Fundo SNI – Agência Recife. Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo (João Pessoa-PB).

ARE_ACE_5446_83. Fundo SNI – Agência Recife. Memorial da Democracia da Paraíba, localizado na Fundação Casa de José Américo (João Pessoa-PB).

Lei Nº 4.341, de 13 de julho de 1964. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4341.htm Acesso em:
20/08/2018.

Referências Bibliográficas

FICO, Carlos. *Como eles agiam*: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, 269p.

_____. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.167-205.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005, 577p.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. “Golpe civil-militar na Paraíba: repressão e legitimação de parte da sociedade civil no imediato pós-golpe”. *Revista Perspectiva Histórica*, vol.2, no 2, janeiro-junho de 2012, p. 37-62.

_____. Golpe civil-militar e repressão no imediato pós-golpe: os casos da Paraíba e de Minas Gerais. In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014, 29p.

THIESEN, Icléia. Documentos “sensíveis”: Produção, retenção, apropriação. *Tendências Da Pesquisa Brasileira Em Ciência Da Informação*, v 6, 2013a, p. 1-15. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/97/136> Acessado em: 20/08/2018.

THIESEN, Icléia. Informação, Verdade E Conhecimento: Memórias Em Litígio. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013). GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, 2013b, 12p. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4015/3138> Acessado em: 20/08/2018.